

1. Informações gerais

A Plascar Participações Industriais S.A. (“Plascar S.A.” ou “Companhia”), com sede na cidade de Jundiaí (Desde 11 de fevereiro de 2019 – Anteriormente sediada na cidade de Campinas), no Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA (PLAS3). A atividade da Companhia está representada pela participação na controlada Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. (“Plascar Ltda.”), que atua no setor automotivo e tem como atividade operacional a industrialização e comercialização de peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores.

A Plascar Ltda. possui plantas industriais localizadas nas cidades de Jundiaí/SP, Varginha/MG e Betim/MG.

As plantas atuam principalmente no setor automotivo, com foco no atendimento a montadoras de veículos, fornecendo para-choques, painéis de instrumentos, difusores de ar, porta copos, laterais de porta, porta pacotes, entre outros componentes. A Plascar atua, ainda, na industrialização de produtos não automotivos, como, por exemplo, injeção e montagem de carrinhos de supermercado, caixas multiuso, pallets e móveis ecológicos, atividade esta que representa menos de 10% do total de ativos, receita líquida e lucro líquido consolidados na Companhia.

Após a conclusão da reestruturação financeira da Companhia e sua controlada em 31 de janeiro de 2019, o controle acionário da Plascar S.A. passou a ser da Pádua IV Participações S.A., com participação de 59,99% de seu capital, que também é composto pela Permal do Brasil Indústria e Comércio Ltda., com 18,44%, pela Postalís Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos com 7,12% e por outros acionistas individuais que possuem, em conjunto, 14,45%.

Situação Financeira

Em 2019, verificou-se um aumento na produção de veículos em torno de 2,3%, quando comparado com o mesmo período de 2018, conforme dados da ANFAVEA. A receita líquida da Companhia, por sua vez, em 2019, apresentou um aumento de 17,5% quando comparada com o ano anterior.

A Companhia continua adotando medidas para elevar a receita obtida de novos projetos e reduzir seus custos internos operacionais e melhorar a margem, promovendo, também, negociações constantes de preços junto aos clientes para repasses dos aumentos de custos (mão-de obra, matéria-prima etc.), dando sequência ao processo de reestruturação da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta excesso de passivos circulantes sobre os ativos circulantes no montante de R\$ 178.940 (R\$ 709.480 em 2018) no consolidado e patrimônio líquido negativo no consolidado e na controladora o montante de R\$ 72.203 (R\$ 514.305 em 2018).

Adicionalmente a Companhia apresentou prejuízo no exercício corrente e comparativo, bem como mantém um prejuízo acumulado de R\$ 1.004.063, no individual e consolidado.

As despesas financeiras somam R\$ 96.391 em 2019 (R\$ 130.929 em 2018). A administração está tomando medidas para reduzir o impacto destas despesas no resultado da Companhia, principalmente através da gestão de seus passivos fiscais e bancários.

A Companhia formalizou em 2017 o parcelamento de seus débitos tributários vencidos através da adesão aos programas de recuperação tributária divulgados em âmbito Estadual e Federal (Nota 24).

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2018, foi aprovado, por unanimidade de votos dos acionistas presentes, o plano final de reestruturação da dívida da Companhia que, em linhas gerais, envolve a cessão de aproximadamente 90% da dívida existente da Plascar pelos principais credores da Companhia para a atual controladora “Pádua IV Participações S.A.”.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972, dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

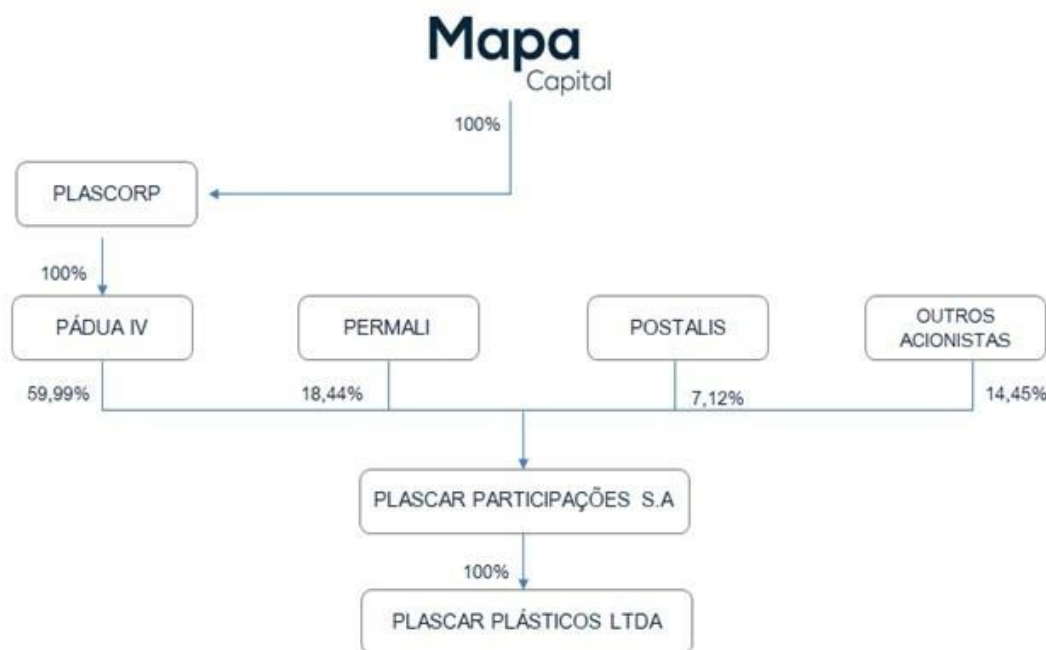
Com a conclusão da reestruturação financeira da Companhia em 31 de janeiro de 2019, o patrimônio líquido e o passivo circulante da Companhia foram impactados positivamente em R\$ 449.483, decorrente de aumento de capital.

Segundo dados oficiais da ANFAVEA, a produção de veículos em 2020 aponta para um aumento de 7,3%. A administração da Companhia revisou as projeções considerando os novos projetos para fabricação de peças injetadas e estima uma recuperação no volume de vendas em 2020 acima do realizado em 2019.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 3 de março de 2020.

A Administração segue negociando passivos com diversos credores, com o objetivo de adequá-los à capacidade de geração de caixa da Companhia. Em 2019 foram repactuados certos passivos, que passaram a ser reportados no não-circulante. Foi ainda negociada a redução de passivos, o que deverá ter reflexos em períodos futuros.

Segue abaixo a Estrutura Societária, inclusive com destaque para o novo controlador da Companhia – Pádua IV Participações S.A., após conclusão do plano de reestruturação da Companhia e subscrição de capital.



2. Resumo das principais políticas contábeis

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e suas interpretações técnicas (“ICPC”) e orientações (“OCPC”), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS/CPC.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia.

2.2 Consolidação

A Companhia consolida a entidade sobre a qual detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Plascar Indústria de Componentes Plásticos Ltda. "Plascar Ltda." a qual possui participação de 100% em 31 de dezembro de 2019 e 99,89% em 2018.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(b) Transações com participações de não controladores

A Companhia trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos da Companhia. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Participação de não controladores".

(c) Perda de controle em controladas

Quando a Companhia deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos

operacionais, é a Diretoria-Executiva, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia e sua controlada são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante.

2.6 Ativos financeiros

2.6.1 Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Companhia pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou mesmo ao valor justo por meio do resultado. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.

2.6.3 Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia no final de cada exercício de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Companhia para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

2.6.4 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com esse ativo.

2.7 Passivos financeiros

2.7.1 Reconhecimento e mensuração:

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Os passivos financeiros da Companhia, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos.

2.7.2 Mensuração subsequente:

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

2.7.3 Custos de empréstimos:

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos são juros e outros custos em que a Companhia incorre em conexão com a captação de recursos.

2.7.4 Desreconhecimento de passivos financeiros:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e atividades de *hedge*

A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros derivativos, tampouco atividades de *hedge*.

2.9 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (“PECLD” ou *impairment*).

2.10 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é a média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados, dos produtos em elaboração e ferramentais compreende os custos do projeto, matérias-primas, mão-de-obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal), excluindo os custos de empréstimos, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos necessários para efetuar a venda.

2.11 Imobilizado

O imobilizado considera como base de valor e foi ajustado para refletir o custo atribuído de terrenos e edificações na data de transição para IFRS e CPC. Os demais itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, quando aplicável.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada utilizando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25 a 50
Máquinas	8 a 25
Moldes	11 a 15
Móveis e utensílios	10 a 15
Veículos	5 a 6
Equipamentos de informática	5 a 6

Os valores residuais e a vida útil dos ativos foram revisados e ajustados, e representam adequadamente a posição no final do exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior que seu valor recuperável estimado (Nota 2.12).

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros, exceto ágio (*Goodwill*), que tenham sido ajustados por *impairment* são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.13 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificados como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.14 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é

reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos de empréstimos e financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construções ou produção de um ativo qualificável, que é ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo, quando aplicável e quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

2.15 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.17 Benefícios a empregados

Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia, que leva em conta o lucro atribuído aos acionistas da Companhia após certos ajustes. A Companhia reconhece uma provisão quando estiver contratualmente obrigado ou quando houver uma prática anterior que tenha gerado uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

2.18 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

2.19 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida, dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos fluirão para a Companhia e suas controladas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir.

A Companhia e sua controlada consideram se há outras promessas no contrato que são obrigações de performance distintas, às quais uma parcela do preço da transação precisa ser alocada (por exemplo, garantias, entre outros). Ao determinar o preço de transação para a venda dos produtos e ferramentais, a Companhia e sua controlada consideram os efeitos da contraprestação variável, a existência de componentes de financiamento significativos, a contraprestação não monetária e a contraprestação devida ao cliente (se houver).

(a) Venda de produtos

A Companhia fabrica e vende peças e partes relacionadas com o acabamento interno e externo de veículos automotores. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a controlada efetua a entrega dos produtos para o comprador. A Companhia e sua controlada avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(b) Venda de ferramentais

A Companhia desenvolve e vende ferramental para injeção de peças plásticas de acordo com especificação técnica do pedido e modelo do veículo conforme projeto da montadora e no decorrer do desenvolvimento, ocorrem adiantamentos por parte das montadoras para suportar os recursos dispendidos. Usualmente o desenvolvimento e venda de ferramental está atrelada ao fornecimento de peças. As vendas dos ferramentais são reconhecidas no momento em que o projeto esteja em produção e aprovado pela montadora. A montadora por sua vez, emite um contrato de comodato autorizando a utilização do ferramental, uma vez que trata-se de um bem de sua propriedade.

(c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros.

2.20 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são mensuradas ao custo, incluindo custos de transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas (ou seja, na data em que o recebedor obtém o controle) ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver alteração de uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data de alteração de uso.

2.21 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.22 Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações, utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação durante o período correspondente ao resultado, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.23 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação

suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

2.24 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019

CPC 06 (R2)/IFRS 16

A Companhia aplicou pela primeira vez o CPC 06 (R2)/IFRS 16, Arrendamentos, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 ou após esta data. A natureza e o impacto das mudanças resultantes da adoção desta nova norma é descrita na nota 13.

Interpretação IFRIC 23 - Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda

A Companhia aplicou a interpretação a partir de janeiro de 2019 e não teve impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Outras normas e interpretações se aplicam pela primeira vez em 2019, mas não apresentam, no entanto, impactos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não vigentes.

2.25 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

(a) CPC 11 - Contratos de seguro:

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (IFRS 4) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária.

(b) Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios:

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à definição de negócios em IFRS 3, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 15 (R1) para ajudar as entidades a determinar se um conjunto adquirido de atividades e ativos consiste ou não em um negócio. Elas esclarecem os requisitos mínimos para uma empresa, eliminam a avaliação sobre se os participantes no mercado são capazes de substituir qualquer elemento ausente, incluem orientações para ajudar entidades a avaliar se um processo adquirido é substantivo, delimitam melhor as definições de negócio e de produtos e introduzem um teste de concentração de valor justo opcional. Novos casos ilustrativos foram fornecidos juntamente com as alterações. Como as alterações se aplicam prospectivamente a transações ou outros eventos que ocorram na data ou após a primeira aplicação, a Companhia não será afetado por essas alterações na data de transição.

(c) Alterações ao CPC 26 (R1) e IAS 8: Definição de omissão material:

Em outubro de 2018, o IASB emitiu alterações à IAS 1 e IAS 8 *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, sendo essas alterações refletidas na revisão 14 do CPC, alterando o CPC 26 (R1) e o CPC 23 para alinhar a definição omissão em todas as normas e a informação é material

se sua omissão, distorção ou obscurecimento pode influenciar, razoavelmente, decisões que os principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral fazem com base nessas demonstrações financeiras, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade. Não é esperado que essas alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses países.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos forem devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) como demonstrado na Nota 12.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de valor justo associado com a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposto ao risco cambial decorrente de exposições de

algumas moedas, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre de operações comerciais, ativos e passivos.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia apresenta ativos e passivos em moeda estrangeira decorrentes de operações de importação, exportação e mútuo com partes relacionadas, nos montantes demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Contas a receber de clientes (Nota 6)	6.067	5.705
Fornecedores	(194)	(196)
Exposição líquida	<u>5.873</u>	<u>5.509</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de taxa de câmbio.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis).

	Impacto no resultado do exercício		
	(1)		
	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Passivo financeiro	Provável	+25%	+50%
CDI	4,40%	5,50%	6,60%
Empréstimos e financiamentos	(6.299)	(7.211)	(8.116)

- (1) Refere-se ao cenário hipotético de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento dos contratos, o que for menor.

Na análise de sensibilidade, a taxa de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida e o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida em 31 de dezembro de 2019.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes de equipamentos originais (“OEM”) e reposição/concessionárias (“DSH”), incluindo contas a receber em aberto e operações compromissadas. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de problemas financeiros com seus clientes OEM é reduzida em função do perfil desses clientes (montadoras de veículos e outras empresas de atuação mundial). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia e sua controlada não possui saldos significativos a receber de clientes da categoria DSH.

A Companhia atua também no segmento de não automotivos, o qual representa menos de 10% do total de sua receita. O risco de crédito para este segmento, embora administrado, é maior em relação aos clientes “OEM” e “DSH” por possuir uma exposição maior.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da Companhia e agregada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

O excesso de caixa mantido pela entidade operacional, quando houver, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a Tesouraria da Companhia. A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, a Companhia mantinha fundos de curto prazo no montante de R\$ 3.552 que se espera gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa descontados contratados e representa os fluxos esperados de desembolso efetivo, desconsiderando eventuais exigências dos bancos pelos vencimentos antecipados.

	Consolidado				
	Até três meses	De quatro a 12 meses	Entre um e cinco anos	Acima de cinco anos	Total
Em 31 de dezembro de 2019					
Empréstimos e financiamentos	18.981	16.315	64.453	35.709	135.458
Passivos de arrendamento	4.391	13.171	42.736	-	60.298
Fornecedores	22.313				22.313
Passivos com partes relacionadas	6.160				6.160
Outros passivos	112.482	2.382	78.705	3.826	197.395
	<u>164.327</u>	<u>31.868</u>	<u>185.894</u>	<u>39.535</u>	<u>421.624</u>
Em 31 de dezembro de 2018					
Empréstimos e financiamentos	373.917	24.073	45.574	921	444.485
Fornecedores	23.689	41	-	-	23.730
Passivos com partes relacionadas	2.232	-	-	-	2.232
Outros passivos	100.473	12.453	44.538	900	158.364
	<u>500.311</u>	<u>36.567</u>	<u>90.112</u>	<u>1.821</u>	<u>628.811</u>

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

	Consolidado	
	2019	2018
Total dos empréstimos (Nota 14)	135.458	444.485
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(17.383)	(303)
Dívida líquida	118.075	444.182
Total do patrimônio líquido	(72.203)	(514.861)
Total do capital	45.872	(70.679)
Índice de alavancagem financeira - %	-	-

O capital não é administrado ao nível da Controladora, somente ao nível Consolidado.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. Presentemente o Companhia não possui passivos registrados a valor justo. Entretanto, abaixo estão os comparativos dos ativos financeiros registrados ao custo amortizado e seu respectivo valor justo:

	2019		2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)				
Capital de giro – moeda nacional	135.458	135.458	321.800	306.173
Finame	-	-	122.685	122.685
	135.458	135.458	444.485	428.858

5 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

(a) Custo amortizado

	2019	2018
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Caixa e equivalentes de caixa	17.383	303
Contas a receber de clientes	26.062	12.326
Depósitos judiciais	4.792	4.778
Outros ativos	2.389	6.906
	50.626	24.313

(b) Valor justo por meio do resultado

	2019	2018
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Fornecedores	22.313	23.730
Empréstimos e financiamentos	135.458	444.485
Passivos de arrendamento	60.298	-
Partes relacionadas	6.160	2.232
Outros passivos	197.395	158.364
	<u>421.624</u>	<u>628.811</u>

Controladora e consolidado

O caixa e equivalentes de caixa são classificados como " Valor justo por meio de resultado "; as contas a pagar para partes relacionadas são classificadas como " Valor justo por meio de resultado ".

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2019	2018
Terceiros no país	25.173	17.272
Terceiros no exterior (Nota 4.1)	6.067	5.705
Contas a receber de ferramental no País	851	545
Provisão para <i>impairment</i> - créditos duvidosos	(6.029)	(11.196)
	<u>26.062</u>	<u>12.326</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a movimentação da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa foi como segue:

	2019	2018
Saldo inicial	(11.196)	(10.407)
(Aumento) diminuição da provisão	5.167	(789)
Saldo final	<u>(6.029)</u>	<u>(11.196)</u>

Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a abertura das contas a receber por idade de vencimento, era como segue:

	2019	2018
A vencer	23.882	10.640
Vencidas:		
De 1 a 30 dias	1.647	1.466
De 31 a 60 dias	189	90
De 61 a 90 dias	43	36
Há mais de 90 dias	6.330	11.290
	<u>8.209</u>	<u>12.882</u>
Total	<u>32.091</u>	<u>23.522</u>

A política da Companhia para provisão para perda esperada com créditos de liquidação duvidosa contempla o saldo vencido há mais de 90 dias. O saldo vencido há mais de 90 dias não provisionados em 31 de dezembro de 2019, líquidos da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa, refere-se à venda de ferramental, para os quais a administração não espera registrar perdas.

Além disso, em linha com o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, a política da Companhia também considera as perdas de créditos esperadas para os seus recebíveis, sendo essas, o valor presente da diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos à Companhia de acordo com o contrato firmado com os clientes e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber.

7 Estoques

	2019	2018
Produtos acabados	3.446	4.654
Produtos em elaboração	8.307	8.770
Matérias-primas	16.240	19.737
Importação em andamento	1.690	1.632
Materiais de manutenção e auxiliares	1.396	1.909
Ferramentas e moldes em desenvolvimento destinados à venda	15.489	3.302
Adiantamentos a fornecedores	80	187
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência	(2.209)	(5.694)
	<u>44.439</u>	<u>34.497</u>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a movimentação da provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência foi como segue:

	2019	2018
Saldos iniciais	(5.694)	(6.778)
Reversão da provisão	5.439	5.419
Aumento da provisão	<u>(1.954)</u>	<u>(4.335)</u>
Redução líquida (Nota 22)	<u>3.485</u>	<u>1.084</u>
Saldos finais	<u>(2.209)</u>	<u>(5.694)</u>

8 Tributos a recuperar

	2019	2018
Crédito exclusão de ICMS base de cálculo PIS/COFINS (1)	181.140	-
Processo Funrural (Nota 17)	2.237	2.237
ICMS sobre ativo imobilizado – CIAP	865	887
Outros	<u>559</u>	<u>483</u>
	<u>184.801</u>	<u>3.607</u>
Circulante	51.844	807
Não circulante	<u>132.957</u>	<u>2.800</u>
	<u>184.801</u>	<u>3.607</u>

(1) Crédito Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS – Registro contábil trânsito em julgado

A Companhia informa que, no ano de 2010, distribuiu Mandado de Segurança objetivando a exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS. Em setembro de 2017, a Companhia obteve decisão

favorável em primeira instância e, em outubro de 2019, obteve nova sentença favorável em grau recursal (STF). No mesmo ato, ocorreu o trânsito em julgado do processo. Diante disto, Companhia iniciou um procedimento para levantamento de valores pagos indevidamente a partir do ano de 2005 e pleitear seu respectivo ressarcimento. A Companhia apurou e mensurou os respectivos valores de forma confiável.

Em 19 de agosto de 2019, a Companhia obteve sentença favorável para utilização do ICMS destacado nas notas fiscais para apuração do crédito.

No quarto trimestre de 2019, com base na opinião e laudo preparado por seus assessores, a Companhia registrou o montante de R\$ 179.069 na rubrica de tributos a recuperar no balanço para compensar com tributos correntes administrados pela Receita Federal do Brasil em períodos futuros. O valor principal dos créditos, líquido dos honorários de sucesso dos advogados, foi reconhecido como outras receitas operacionais e o valor da atualização monetária foi reconhecido na rubrica de receita financeira na demonstração do resultado do exercício.

A homologação e habilitação de R\$ 123.396 relativo a parte do referido crédito junto à Receita Federal do Brasil para compensação tributária futura, ocorreu em 03 de janeiro de 2020, sendo que o montante restante do crédito no montante de R\$ 55.673, será objeto de análise pela Receita Federal do Brasil para restituição ou compensação futura de impostos anteriormente parcelados.

Do saldo informado de obrigações Fiscais (nota 24), a Companhia compensou em janeiro de 2020 o montante aproximado de R\$ 22.959.

9 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos, quando aplicável, são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias/prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Consolidado	
	2019	2018
Passivo:		
Imobilizado - custo atribuído (1)	(495)	(597)
Depreciação – revisão da vida útil – econômica (2)	(18.006)	(16.230)
	<u>(18.501)</u>	<u>(16.827)</u>

- (1) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre o custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da contabilização do seu valor justo na adoção inicial do CPC 27 (IAS 16).
- (2) Refere-se aos tributos diferidos calculados sobre a diferença de depreciação do ativo imobilizado gerado após revisão da vida útil – econômica dos bens. Até 31 de dezembro de 2010, a Companhia, conforme permitido pela legislação tributária, considerou também para fins fiscais a depreciação calculada com base nas novas vidas útil-econômicas dos bens. Desde setembro de 2011, a Companhia passou a utilizar para fins fiscais a depreciação calculada com base na vida útil permitida pela legislação fiscal e, conseqüentemente, reconheceu os correspondentes efeitos tributários diferidos.

A Plascar S.A., controladora da Plascar Ltda., possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 56.142 e R\$ 67.144, respectivamente (R\$ 54.524 e R\$ 65.526 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente), e a Plascar Ltda, possui saldos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social de R\$ 729.876 e R\$ 724.820, respectivamente (R\$ 728.880 e 723.824 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente), sobre os quais não foram constituídos tributos diferidos ativos por não haver perspectiva de realização através de lucros tributáveis futuros e conforme determina a Instrução CVM 371.

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

	Consolidado	
	2019	2018
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.151)	(253.771)
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (34%)	1.751	86.282
Ajustes para demonstração de taxa efetiva:		
Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa do exercício não reconhecido (1)	(3.425)	(88.758)
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL - Lei 13.496/17 (nota 24)	-	(1.289)
Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos.	<u>(1.674)</u>	<u>(3.765)</u>

(1) Efeito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Plascar S.A., o qual não é registrado em função de não haver expectativa de lucros tributáveis futuros.

c) Movimentação do passivo fiscal diferido

	Consolidado Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>(16.827)</u>
Tributos diferidos sobre a realização do custo atribuído ao ativo imobilizado decorrente da depreciação e baixa desses ativos	102
Tributos diferidos sobre diferença de depreciação	<u>(1.776)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>(18.501)</u>

10 Partes relacionadas

a) Remuneração aos Administradores

A remuneração do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal é composta de remuneração fixa aprovada em Assembleia Geral, paga mensalmente.

A remuneração dos principais executivos e administradores da Companhia e de suas controladas são compostos de remuneração fixa, variável com base em metas estabelecidas e benefícios complementares.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o total de remuneração dos Administradores foi como segue:

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Remuneração fixa anual (1)	<u>(6.289)</u>	<u>(18.870)</u>
Honorários da administração	<u>(6.289)</u>	<u>(18.870)</u>

(1) Refere-se a salários e honorários da administração, férias, 13º salário, previdência privada e encargos sociais (contribuições para a seguridade social - INSS, FGTS e outros), inclusive rescisão dos ex-administradores em 2018.

b) Empresas ligadas

A Companhia realiza operações mercantis e transações de mútuo com suas controladas e outras partes relacionadas, de acordo com os critérios definidos a seguir:

A Companhia e suas controladas celebram contratos de mútuo com partes relacionadas, a fim de que necessidades de caixa sejam supridas imediatamente, com a dispensa de processos de aprovação exigidos por instituições financeiras. Tais contratações estão condicionadas à disponibilidade de recursos e ao não comprometimento do fluxo de caixa da mutuante. Referidos contratos de mútuo são firmados de acordo com taxas acordadas entre as partes.

Seguem os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Passivo circulante				
Contrato de mútuo:				
W&L Ross & Co., LLC	-	-	3.742	-
Permali do Brasil Ind. e Com. Ltda.	-	-	2.418	2.232
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.160</u>	<u>2.232</u>
Passivo não circulante				
Contrato de mútuo:				
Plascar Ltda.	11.554	9.923	-	-
	<u>11.554</u>	<u>9.923</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

O contrato de mútuo entre a Companhia (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) não está sujeito, excepcionalmente, a encargos financeiros, em função de a Companhia ser detentora direta de 100% do capital social da Plascar Ltda. Trata-se do único contrato de mútuo em que a mutuante é sociedade não operacional e detentora de participação direta de aproximadamente 100% do capital social da mutuaria, circunstância que justificava a não incidência de juros. Esse contrato foi firmado, em 31 de maio de 2000, para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda., com vencimento indeterminado.

O contrato de mútuo entre a Permali do Brasil Indústria e Comércio Ltda. (mutuante) e a Plascar Ltda. (mutuaria) está sujeito à incidência de juros mensais de 0,80% e tem vencimento indeterminado. Referido contrato foi celebrado em 31 de março de 2009 para adequação do fluxo de caixa da Plascar Ltda.

11 Provisão para perda com investimento em controlada

A movimentação do investimento está demonstrada a seguir:

	2019	2018
Saldo inicial	(504.388)	(248.361)
Participação de minoritários (absorção)	(555)	-
Subscrição de capital em janeiro de 2019 (Nota 1)	449.483	-
Participação nos prejuízos de controlada	(5.207)	(256.027)
Saldo final	(60.667)	(504.388)

As informações relevantes referentes à Plascar Ltda., estão apresentadas a seguir:

	2019	2018
Capital social	838.565	389.082
Quotas totais	838.565.144	389.082.159
Quotas possuídas	838.565.144	388.654.169
Participação	100%	99,89%
Patrimônio líquido da controlada	(60.667)	(504.944)
Participação na Plascar S.A.	(60.667)	(504.388)
Prejuízo líquido do exercício	(5.207)	(256.309)
Resultado da equivalência patrimonial	(5.207)	(256.027)

12 Imobilizado

a) Composição

	Taxa anual de depreciação %	Consolidado			
			2019	2018	
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Edificações	2 a 4	10.666	(2.305)	8.361	7.305
Máquinas e equipamentos	4 a 13,79 (1)	839.136	(529.379)	309.757	341.952
Moldes	6 a 21	46.852	(46.215)	637	1.952
Móveis e utensílios	6 a 10	12.681	(11.403)	1.278	1.674
Veículos	18,57 a 20	4.437	(3.936)	501	544
Equipamentos de computação	15 a 33	3.526	(3.000)	526	416
Peças e materiais de reposição		4.006	-	4.006	4.235
Adiantamentos a fornecedores		44.166	-	44.166	44.160
Provisão para <i>impairment</i> adiantamentos e máquinas e equipamentos (2)		(67.695)	5.656	(62.039)	(44.084)
		897.775	(590.582)	307.193	358.154

- (1) Taxa média ponderada de 7,82%.

O montante de R\$ 40.762 (2018 - R\$ 39.763) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 138 (2018 - R\$ 189) em "Despesas com vendas" e R\$ 569 (2018 - R\$ 396) em "Despesas administrativas".

- (2) Referem-se, à adiantamentos a fornecedores para aquisição de máquinas e equipamentos para ampliação da capacidade operacional e produtiva das unidades industriais da Companhia, realizados

entre 2010 e 2011 para a empresa Sandretto e financiados junto ao BNDES através do programa FINAME/PSI no montante de R\$ 44.084. Do montante registrado em 31 de dezembro de 2018, R\$ 36.548 foram adiantados por instituições financeiras e R\$ 7.536 adiantados ao fornecedor com recursos próprios. A Companhia, após detida análise junto aos seus assessores jurídicos, decidiu registrar uma perda sobre o valor total em aberto, no montante de R\$ 44.084, no exercício 2018. A Companhia adotou todas as providências jurídicas possíveis e seguirá buscando seus direitos pela via jurídica. No entanto, a Companhia considera pouco provável a possibilidade do recebimento destes ativos em curto prazo, não obstante a ação judicial continue em andamento.

Em 2019 a Companhia registrou *impairment* de R\$ 17.955 referente a máquinas e equipamentos identificados como não operacionais no exercício. A Companhia está levantando junto ao seu corpo técnico os investimentos necessários e viabilidade para adequar parte destes equipamentos à produção.

b) Movimentação do custo

	Consolidado				Saldo final
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2019				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	
Edificações	9.362	1.302	-	2	10.666
Máquinas e equipamentos	835.405	6.758	(2.973)	(54)	839.136
Moldes	49.445	-	(2.593)	-	46.852
Móveis e utensílios	13.432	84	(862)	27	12.681
Veículos	4.450	114	(127)	-	4.437
Equipamentos de computação	3.235	386	(119)	24	3.526
Peças e materiais de reposição	4.235	-	(229)	-	4.006
Adiantamentos a fornecedores	44.160	5	-	1	44.166
Provisão para <i>impairment</i>					
Adiantamentos e máquinas e equipamentos	(44.084)	-	(23.611)	-	(67.695)
	919.640	8.649	(30.514)	-	897.775

	Consolidado				
	Exercício findo em 31 de dezembro de 2018				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferência	Saldo final
Edificações	9.352	189	-	(179)	9.362
Máquinas e equipamentos	834.108	2.783	(449)	(1.037)	835.405
Moldes	49.355	-	(989)	1.079	49.445
Móveis e utensílios	13.274	13	(93)	238	13.432
Veículos	4.475	71	(93)	(3)	4.450
Equipamentos de computação	5.984	255	(2.897)	(107)	3.235
Peças e materiais de reposição	4.191	43	(8)	9	4.235
Adiantamentos a fornecedores	44.397	(237)	-	-	44.160
Provisão para <i>impairment</i>					
adiantamentos	-	-	(44.084)	-	(44.084)
	965.136	3.117	(48.613)	-	919.640

c) Movimentação da depreciação

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações	(2.057)	(978)	-	730	(2.305)
Máquinas e equipamentos	(493.453)	(38.217)	3.025	(734)	(529.379)
Moldes	(47.493)	(1.314)	2.592	-	(46.215)
Móveis e utensílios	(11.758)	(511)	861	5	(11.403)
Veículos	(3.906)	(157)	127	-	(3.936)
Equipamentos de computação	(2.819)	(292)	112	(1)	(3.000)
Provisão para <i>impairment</i> máquinas e equipamentos	-	-	5.656	-	5.656
	(561.486)	(41.469)	12.373	-	(590.582)

	Consolidado				Saldo final
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transferências	
Edificações	(1.173)	(228)	-	(656)	(2.057)
Máquinas e equipamentos	(458.725)	(37.482)	292	2.462	(493.453)
Moldes	(45.450)	(1.622)	989	(1.410)	(47.493)
Móveis e utensílios	(10.892)	(577)	88	(377)	(11.758)
Veículos	(3.673)	(162)	42	(113)	(3.906)
Equipamentos de computação	(5.533)	(277)	2.897	94	(2.819)
	(525.446)	(40.348)	4.308	-	(561.486)

d) Teste para verificação de *impairment* de ativo não financeiro.

A Companhia avalia no mínimo por ocasião da elaboração das demonstrações financeiras anuais, se há alguma indicação de que seus ativos ou conjunto de ativos porventura perderam representatividade econômica, considerada relevante. Os testes de *impairment* são preparados por um perito independente para levantar o valor de mercado dos principais ativos para cada UGC. O escopo do trabalho compreendeu a Avaliação Patrimonial dos ativos localizados nas unidades de Jundiaí, Betim e Varginha.

	Valor contábil dos ativos	2019 Valor líquido de venda
Jundiaí	133.623	145.278
Betim	108.713	111.680
Varginha	64.857	68.188
Total	307.193	325.146

O valor recuperável é o valor justo líquido de despesas de alienação sendo a descrição da técnica descrita abaixo:

- Os ativos de propriedade da Companhia foram avaliados de acordo com valor de mercado de cada bem, obtido pelo produto entre o valor de reposição e o coeficiente de depreciação, levando-se em consideração a vida útil, idade, vida útil remanescente, valor residual e depreciação, resultando no valor líquido de venda superior ao valor residual contábil dos mesmos, não indicando desta forma, necessidade de *impairment*.

Como resultado do teste aplicado, nenhum ajuste de *impairment* se fez necessário.

13 Direito de Uso de Ativos e Passivo de Arrendamento

A partir de 1º de janeiro de 2019, com a adoção do CPC 06 R2 (IFRS16) – Arrendamento Mercantil, a Companhia passou a registrar os alugueis futuros descontados a valor presente como arrendamento financeiro. O impacto inicial no ativo imobilizado e passivo foi R\$ 53.065. O valor foi calculado considerando um prazo total de vigência do contrato. A administração considerou como taxa incremental 9,5% para desconto da dívida ao Valor Presente (AVP), sendo essa a mesma taxa considerada nas renovações dos empréstimos juntos aos bancos. Em 2019 a Companhia registrou R\$ 19.082 como despesa de amortização no resultado.

a) Premissas para o reconhecimento

A Companhia reconhece o Direito de Uso de Ativos e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

(i) Inclusão dos contratos na base no início da sua vigência, com seu valor de ativo de direito de uso definido neste momento.

(ii) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que os ativos envolvidos em sua operação não são indispensáveis para a condução de seus negócios, podendo ser substituídos ao término do contrato por novos ativos adquiridos ou por outras operações que não as mesmas pactuadas.

(iii) Contratos que envolvam o uso de ativos imateriais e de baixo valor não são considerados.

(iv) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.

(v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

(vi) A taxa de desconto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 utilizada foi de 9,5% ao ano para as operações de imóveis administrativos e galpões industriais. As taxas foram obtidas por operações de financiamentos para ativos destas classes.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

b) **Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos**

Direito de uso de ativos	<u>01/01/2019</u>	<u>Amortização</u>	<u>Reajuste IGPM</u>	<u>31/12/2019</u>	
Edifícios	53.065	(19.082)	1.783	35.766	
Total no ativo	53.065	(19.082)	1.783	35.766	

Passivos de arrendamento	<u>01/01/2019</u>	<u>Juros</u>	<u>Reajuste IGPM</u>	<u>Trans. CP/LP</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo circulante	8.584	5.450	1.783	1.745	17.562
Passivo não circulante	44.481			(1.745)	42.736
Total no Passivo	53.065	5.450	1.783	-	60.298

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 não houve a adição de novos contratos ou baixa de contratos vigentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apurou despesa de R\$ 51 referente aos arrendamentos de curto prazo (inferior a 12 meses de contrato) ou de operações com ativos de baixo valor envolvidos nos contratos.

c) **Cronograma de vencimento dos arrendamentos**

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2019</u>
	<u>Edifícios</u>
2020	41.200
2021	19.098
	<u>60.298</u>

14 **Empréstimos e financiamentos**

a) **Resumo dos empréstimos:**

Modalidade/finalidade	Encargos financeiros em 31/12/2019	<u>Consolidado</u>	
		<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Capital de giro – moeda nacional	CDI + juros de 0,68% a.m. e juros de 1,12% a 1,37% a.m.	135.458	321.800
FINAME	Juros de 0,21% a.m. a 0,45% a.m.	-	122.685
		<u>135.458</u>	<u>444.485</u>
Circulante		35.296	444.485
Não Circulante		<u>100.162</u>	-
		<u>135.458</u>	<u>444.485</u>

O cronograma de vencimento do saldo do não circulante é apresentado abaixo:

	Valor
2021	11.963
2022	19.715
2023	17.192
2024 em diante	51.292
	100.162

b) Detalhe dos empréstimos por instituição financeira

Resumo dos Empréstimos	BRASIL	FIBRA	BDMG	ITAÚ	BRABESCO	CEF	FIDIS	DAYCOVAL	SOFISA	UNION	ALFA	Total
Capital Giro - Moeda Nacional	21.426	15.046	23.173	14.654	17.549	14.723	6.451	7.292	5.904	1.450	7.790	135.458
% Em relação ao total	15,82%	11,10%	17,11%	10,82%	12,96%	10,87%	4,76%	5,38%	4,36%	1,07%	5,75%	100%

Parte da composição do saldo dos empréstimos, R\$ 27.997, deve-se a nova dívida junto ao BNDES relativa a períodos anteriores.

Os empréstimos para capital de giro contratados pela Plascar Ltda., são garantidos por máquinas e equipamentos (CAPEX) e os saldos restantes garantidos por recebíveis e avais.

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda, por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

Como resultado dessa reestruturação, a Companhia passou a classificar a provisão para perdas com investimento em controladas no passivo não circulante.

15 Salários, férias e encargos sociais a pagar

	Consolidado	
	2019	2018
Encargos sociais	46.335	26.759
Indenizações trabalhistas	600	2.145
Provisão férias	14.370	11.206
Provisão para participação nos resultados	10.601	6.971
Outros	43	43
	71.949	47.124
Circulante	56.932	42.077
Não circulante	15.017	5.047

16 Adiantamentos de clientes

		Consolidado
	2019	2018
Fiat Automóveis (1)	14.755	95.312
MAN	5.607	50
Calsonic Kansei	59	333
Mercedes Benz	229	446
Outros	135	207
	<u>20.785</u>	<u>96.348</u>

(1) Saldo em 2018 refere-se a contratos de adiantamentos celebrados com a FCA os quais fazem parte substancialmente da renegociação de dívidas “Term Sheet”, concluído em janeiro de 2019.

17 Compromissos e provisão para contingências**a) Arrendamento mercantil operacional (transação de *Sale & Leaseback*)**

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Plascar Ltda. realizou transações de Sale & Leaseback dos prédios e terrenos das unidades industriais de Varginha, Jundiaí e Betim. Os contratos de locação dos imóveis são válidos pelo período de 10 anos, podendo ser renovados por um período adicional de 10 anos após manifestação expressa da Plascar Ltda., não existindo opção de compra dos imóveis ao final dos contratos.

A partir de 1º de janeiro de 2019, de acordo com o CPC 06 R2 (IFRS16), a Companhia passou a registrar os aluguéis futuros descontados a valor presente como Direito de Uso de Ativos em contrapartida de Passivos de Arrendamento. O impacto inicial no ativo e passivo foi de R\$ 53.065 (Nota 13).

b) Processos judiciais. Valores envolvidos e critérios de provisão contábil para casos de perda provável.

A Companhia é parte envolvida em diversos processos de natureza trabalhista (e previdenciária), cível e tributária que atualmente estão em andamento. O critério adotado pela Companhia para classificação do risco de perda é estimado como “remoto”, “possível” e “provável”, sendo que “remoto” indica risco mínimo de perda, “possível” indica risco moderado de perda e “provável” indica risco elevado de perda judicial, cabendo aos assessores legais externos, com auxílio do departamento jurídico da Companhia, analisar detalhadamente cada processo judicial, novo ou em andamento, classificando-os de acordo com suas melhores estimativas de resultado.

Referidas classificações de risco são avaliadas mensalmente, podendo ser alteradas sempre que o entendimento do assessor legal indicar essa necessidade. Além disso, todos os processos também recebem atualização monetária mensal, de acordo com os índices legais adotados pelos tribunais, no intuito de refletir a mais precisa e atual situação econômica de cada processo.

Para todos os casos em que os assessores legais externos e internos indicam o risco de perda como “provável”, a Companhia constitui provisão individual em montante suficiente para fazer frente aos valor estimado dessa perda, que é devidamente calculado e apurado através de contabilidade judicial (no caso do juízo) ou perito-assistente contábil (no caso da Companhia), com base nas sentenças condenatórias e/ou quaisquer outras decisões oriundas de instâncias superiores (grau recursal) que sejam emanadas pelos tribunais e que indicam, sem margem de dúvida, que a Companhia está obrigada a realizar o pagamento em curto prazo, em razão do estágio avançado do processo.

Considerando os processos com risco de perda “provável”, a Companhia tem provisão total constituída conforme indicado abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
Provisões previdenciárias e trabalhistas	7.395	5.940
	<u>7.395</u>	<u>5.940</u>

A movimentação da provisão para demandas judiciais com risco de perda “provável”, nos anos de 2019 e 2018, está assim representada:

	31 de dezembro de 2019		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas	5.940	9.947 (8.492)	7.395
	<u>5.940</u>	<u>9.947 (8.492)</u>	<u>7.395</u>

	31 de dezembro de 2018		
	Saldo inicial	Adição Pagamentos	Saldo final
Trabalhistas	9.636	2.334 (6.030)	5.940
	<u>9.636</u>	<u>2.334 (6.030)</u>	<u>5.940</u>

Estimativa de perdas “possíveis”, não provisionadas no balanço.

Para as demais ações judiciais da Companhia, que tem seu risco de perda classificado pelos assessores legais externos e internos como “possível” ou “remoto”, não há constituição de provisão contábil. Apesar disso, a Companhia reconhece a importância de informar os valores envolvidos nesses processos, como forma de dar conhecimento e informação suficiente ao mercado sobre todas as ações em que a Companhia é parte. Para ações novas, o valor informado pela Companhia leva em consideração o valor dado à causa (valor inicial). À medida que o processo avança, os assessores legais apuram os valores envolvidos em cada processo com maior critério, valorizando cada um deles de forma mais precisa quanto aos valores efetivamente envolvidos, assim como seu risco efetivo de perda.

Considerando os processos com risco de perda “possível”, a Companhia informa que os seus valores envolvidos estão assim constituídos:

	Consolidado	
	2019	2018
Tributárias	7.702	5.540
Trabalhistas	27.557	46.610
Cível	4.256	44.623
	<u>39.515</u>	<u>96.773</u>

Ativos contingentes relevantes

Atualmente, a Plascar Ltda. figura como parte ativa em dois processos considerados relevantes contra FUNRURAL e ELETROBRÁS, cujos montantes envolvidos são de R\$ 8.585 e R\$ 19.249, respectivamente.

- (i) O processo contra ELETROBRÁS, cuja sentença também foi favorável à Companhia, se encontra em avançado estágio processual, sendo que a Companhia já deu início ao processo de execução provisória da sentença, requerendo o pagamento do valor devido. O caso, atualmente, aguarda manifestação judicial quanto ao início da referida execução pleiteada pela Companhia.
- (ii) O processo contra o FUNRURAL foi tramitado e julgado na data de 04 de setembro de 2001, sendo concedido à Plascar o direito líquido e certo de recebimento do valor de R\$ 2.237 (nota 8). Referido valor, contudo, foi objeto de questionamento pela Companhia no que se refere à sua atualização monetária, não considerada pelo tribunal. Pende ainda definição sobre referida atualização e, por consequência, o valor correto a ser liquidado em favor da Companhia, cuja estimativa dos assessores legais indica a importância R\$ 8.585.
- (iii) Com relação aos processos cíveis, a queda relevante apresentada em 2019 comparada com 2018, é baseada no novo modelo de gestão da Companhia, pelo qual a diretoria, em suporte à equipe jurídica, vem apoiando e se envolvendo diretamente em negociações estratégicas para viabilizar acordos razoáveis e financeiramente factíveis às condições atuais de caixa. Assim, foram realizados alguns acordos importantes e outros já estão em avançado estágio de negociação. A diretoria acredita que o êxito no encerramento de tais demandas, além de minimizar sensivelmente o risco de perda financeira futura, poderá viabilizar a retomada de parcerias comerciais e relacionamentos estratégicos que poderão trazer benefício direto aos negócios da Companhia.

18 Outros Passivos

	Consolidado	
	2019	2018
Aluguéis a pagar	109.057	99.233
Credores diversos – acordos firmados	73.381	46.563
Outros passivos	14.957	12.568
	<u>197.395</u>	<u>158.364</u>
Circulante	114.864	112.726
Não circulante	82.531	45.638
	<u>197.395</u>	<u>158.364</u>

19 Patrimônio líquido

a) Capital

Aumento de capital e emissão de ações

Em 31 de janeiro de 2019, conforme Aviso aos Acionistas e Fato Relevante divulgados ao mercado, ocorreu o aumento de capital social da Companhia com integralização mediante utilização de créditos detidos contra a Plascar Ltda., por subscrição privada, no montante de R\$ 449.483, mediante a emissão de 7.455.251 ações ordinárias ao preço unitário de emissão de R\$ 60,29 por ação ordinária. Após a efetivação do Aumento de Capital, o capital social da Companhia, antes no valor de R\$ 481.972 e dividido em 4.970.167 ações ordinárias, passou a ser de R\$ 931.455, dividido em 12.425.418 ações ordinárias.

O preço de Emissão das ações foi fixado, sem diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia, considerando as metodologias permitidas pelo artigo 170, § 1º, da Lei das S.A., tendo em vista a situação financeira da Companhia naquele momento, com elevado endividamento e patrimônio líquido negativo.

Uma vez que a Lei das S.A. não estabelece uma fórmula rígida para a fixação do preço de emissão, este preço foi fixado tendo em vista os critérios do artigo 170, § 1º, da Lei das S.A. em respeito ao interesse social da Companhia, de forma que a Companhia pudesse concretizar a reestruturação conforme planejado.

Bônus de Subscrição

A Companhia emitiu em favor e como vantagem adicional aos subscritores das ações do Aumento de Capital, mediante atingimento de metas de EBITDA da Plascar Plásticos nos anos de 2020, 2021 ou 2022, 7.455.251 bônus de subscrição, em uma única série e sob a forma escritural e nominativa, sendo atribuído 1 bônus de subscrição para cada ação do Aumento de Capital subscrita.

A outorga a seus titulares, em conjunto, concede o direito de subscrever ações da Companhia representando 5% do capital da Companhia pós emissão de tais ações

O preço para subscrição de 1 ação emitida em razão do exercício dos Bônus de Subscrição será de R\$ 0,01 “Preço de Exercício”. A subscrição das ações decorrentes do exercício de Bônus de Subscrição dar-se-á de forma particular, no ato do exercício do Direito de Subscrição, e a integralização das ações então subscritas deverá ser realizada mediante o pagamento à vista do Preço de Exercício, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição de tais ações.

b) Reservas

- (i) Reserva de capital – Opções e Ações outorgadas reconhecidas

Constituída pelo registro contábil do plano de pagamento baseado em ações, a qual foi realizada na sua totalidade no exercício de 2018.

- (ii) Ajustes de avaliação patrimonial

Constituída pelo registro contábil da realização do custo atribuído ao ativo imobilizado e respectivos impostos. Nesta rubrica, estão registrados também os impactos na mudança de participação da controladora na controlada de 99,89% para 100% após reestruturação financeira ocorrida em 31 de janeiro de 2019.

c) Remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto da Companhia, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido do exercício ajustado na forma dos artigos 189 e 202 da Lei nº 6.404/76.

20 Resultado por ação

O cálculo básico de lucro ou prejuízo por ação é feito através da divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro ou prejuízo diluído por ação é calculado através da divisão do lucro ou prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros ou prejuízos básico e diluído por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (em milhares, exceto valores por ação):

<u>Prejuízo básico por ação:</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(6.825)	(257.254)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	11.810.974	4.970.167
Prejuízo básico por ações - R\$	<u>(0,58)</u>	<u>(51,76)</u>

<u>Prejuízo diluído por ação: (*)</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Numerador:		
Prejuízo do exercício	(6.825)	(257.254)
Denominador:		
Média ponderada do número de ações	18.651.781	4.970.167
Prejuízo diluído por ações - R\$	<u>(0,37)</u>	<u>(51,76)</u>

(*) Considera as potenciais ações a serem emitidas quando do exercício do Direito de Subscrição (Nota 19.a).

21 Receita operacional líquida

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Receita bruta de vendas	492.084	433.046
Impostos incidentes sobre vendas	(81.047)	(83.671)
Devoluções e abatimentos sobre vendas	<u>(3.487)</u>	<u>(2.554)</u>
	<u>407.550</u>	<u>346.821</u>

Impostos incidentes sobre vendas consistem principalmente de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS (alíquotas de 7%, 12% e 18%), Imposto sobre produtos industrializados – IPI (alíquotas de 5% e 15%), Programa de integração social – PIS (alíquotas de 1,65% e 2,30%), Contribuição para financiamento seguridade social – COFINS (alíquotas de 7,60% e 10,80%).

22 Custos e despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Consolidado	
	2019	2018
Matéria prima, insumos, materiais de uso e consumo e gastos com pessoal	(332.829)	(291.484)
Depreciação e amortização	(60.551)	(40.348)
Serviços de terceiros	(14.481)	(11.708)
Aluguéis	(29)	(22.435)
Provisão para créditos duvidosos	5.167	(789)
Provisão para ajuste a valor de mercado e obsolescência nos estoques (Nota 7)	3.485	1.084
Crédito exclusão ICMS base cálculo PIS-COFINS (Nota 8)	85.282	-
Provisão para perda de imobilizado (Nota 12a)	(17.955)	(44.084)
Outros	(69.260)	(62.687)
	<u>(401.171)</u>	<u>(472.451)</u>
Classificados como		
Custos dos produtos vendidos	(376.247)	(335.938)
Despesas com vendas	(19.726)	(20.353)
Despesas administrativas e gerais	(62.989)	(72.417)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	<u>57.791</u>	<u>(43.743)</u>
	<u>(401.171)</u>	<u>(472.451)</u>

23 Resultado financeiro

	Consolidado	
	2019	2018
Despesas financeiras		
Juros e multas	(63.513)	(113.910)
Encargos sobre impostos vencidos/parcelados (1)	(18.760)	(13.526)
Ajuste a valor presente de arrendamentos (Nota 13)	(5.450)	-
Variações cambiais passivas	(3.451)	(2.833)
IOF	(1.089)	(338)
Outros	(4.128)	(322)
	<u>(96.391)</u>	<u>(130.929)</u>
Receitas financeiras		
Juros e atualização monetária (2)	81.619	184
Variações monetárias ativas	9	13
Variações cambiais ativas	3.223	2.554
Outros	<u>10</u>	<u>37</u>
	<u>84.861</u>	<u>2.788</u>
Resultado financeiro	<u>(11.530)</u>	<u>(128.141)</u>

(1) Encargos sobre impostos vencidos e parcelados de PIS/COFINS e ICMS.

(2) O impacto positivo deve-se principalmente ao registro contábil da atualização monetária referente ao crédito exclusão do ICMS na base de cálculo PIS-COFINS no montante líquido de 76.961 (Nota 8).

24 Obrigações Fiscais e Encargos Sociais

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 163.431 e R\$ 46.336 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 11.574 impostos correntes a vencer, R\$ 37.251 impostos correntes vencidos e R\$ 160.942 parcelados.

			2019			
			Parcelados			
			Circulante		Não Circulante	
	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	A Vencer	Vencidos	
REFIS (PERT MP 783/17)	54.910	-	-	4.523	754	49.633
Parcel. Ordinário PIS/COF/IPI	26.162	-	-	7.367	-	18.795
PIS	2.928	706	2.222	-	-	-
COFINS	14.165	4.050	10.115	-	-	-
ICMS (Regularize – MG)	48.969	-	-	6.458	-	42.511
ICMS	11.817	934	1.748	4.774	168	4.193
IPI (Parcelamento – MG)	1.328	-	-	316	26	986
IPI	2.671	199	2.472	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	481	289	-	24	-	168
	163.431	6.178	16.557	23.462	948	116.286
IRRF (Empregados)	2.951	1.353	1.598	-	-	-
Parcel. Ordinário INSS	13.968	-	-	3.215	268	10.485
FGTS	959	959	-	-	-	-
INSS (Empresa)	20.970	2.457	18.513	-	-	-
INSS (Empregados)	1.210	627	583	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	6.278	-	-	1.745	-	4.533
	46.336	5.396	20.694	4.960	268	15.018
Soma (Empresa)	205.606	9.594	35.070	28.422	1.216	131.304
Soma (Empregados)	4.161	1.980	2.181	-	-	-
Total	209.767	11.574	37.251	28.422	1.216	131.304

Conforme mencionado na Nota 8, o saldo em aberto de obrigações fiscais correntes vencidos e a vencer em 31 de dezembro de 2019, administrados pela Receita Federal do Brasil (IRRF, PIS, COFINS e IPI) no montante de R\$ 22.959, foi compensado com crédito relativo a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS-COFINS em 3 de janeiro de 2020.

O saldo em aberto de impostos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 153.067 e R\$ 26.759 de encargos de folha de pagamento, destes, R\$ 5.271 impostos correntes a vencer, R\$ 23.181 impostos correntes vencidos e R\$ 151.374 parcelados.

				2018		
				Parcelados		
				Circulante		Não Circulante
	Em Aberto	A Vencer	Vencidos	A Vencer	Vencidos	
REFIS (PERT MP 783/17)	63.483	-	-	11.217	595	51.671
Parcel. Ordinário PIS/COF/IIPI	14.853	-	-	3.984	-	10.869
PIS	1.585	173	1.412	-	-	-
COFINS	7.239	785	6.454	-	-	-
ICMS (Regularize – MG)	53.901	-	-	6.280	-	47.621
ICMS	10.363	334	1.528	7.922	579	-
IPI	1.106	196	910	-	-	-
Outros (ISS IPTU)	537	329	-	23	-	185
	153.067	1.817	10.304	29.426	1.174	110.346
IRRF (Empregados)	1.290	1.290	-	-	-	-
REFIS INSS (PERT MP 783/17)	3.241	-	-	2.652	589	-
Parcel. Ordinário INSS	2.562	-	-	683	-	1.879
Desoneração Folha	6.880	557	6.323	-	-	-
INSS (Empresa)	7.536	982	6.554	-	-	-
INSS (Empregados)	625	625	-	-	-	-
INSS parcelado Sesi Senai (Empresa)	4.625	-	-	1.250	207	3.168
	26.759	3.454	12.877	4.585	796	5.047
Soma (Empresa)	177.911	3.356	23.181	34.011	1.970	115.393
Soma (Empregados)	1.915	1.915	-	-	-	-
Total	179.826	5.271	23.181	34.011	1.970	115.393

Sobre os valores vencidos a Companhia registra multa de 20% além de correção pelos índices previstos pela legislação.

Programa Especial de Regularização Tributária (PERT)

A Plaspar Ltda aderiu ao PERT em 29 de agosto de 2017. O saldo dos impostos vencidos até abril de 2017, no âmbito da Procuradoria, foi parcelado em 120 vezes, sendo que o valor das parcelas nos primeiros 12 meses corresponde a 0,4% da dívida, 0,5% no segundo ano, 0,6% no terceiro ano e saldo restante em 84 parcelas. O índice de correção das parcelas é a Selic.

Adicionalmente, a MP 783/17 foi convertida na Lei 13.496/17 em 25 de outubro de 2017, incluindo uma nova modalidade de parcelamento, onde há a possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL para abater da dívida consolidada no âmbito da Receita Federal do Brasil.

Os parcelamentos nos âmbitos da Procuradoria e RFB foram consolidados em sua totalidade durante o exercício de 2018.

A seguir apresentamos, resumidamente, os efeitos contábeis desta transação:

	Procuradoria-Geral da Fazenda nacional	Receita Federal do Brasil Tributário	Receita Federal do Brasil Não tributário	Total
Saldo original (a)	54.607	76.649	27.555	158.811
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa CSLL Lei 13.496/17 (b) (Nota 9.b)	-	(59.110)	(20.760)	(79.870)
Amortização da dívida até 31 de dezembro de 2019	(7.479)	(20.197)	(7.013)	(34.689)
Atualização do parcelamento	7.782	2.658	218	10.658
Total	54.910	-	-	54.910

(a) Total da dívida tributária e não tributária atualizada na data da adesão do PERT, contemplando Programa de Integração Social - PIS, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI, e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS (Desoneração da Folha).

(b) A Companhia migrou para esta nova modalidade. O valor envolvido para abatimento do saldo com prejuízos fiscais e base negativa é de R\$ 79.870. Em novembro de 2019 a Companhia liquidou o saldo deste parcelamento.

25 Benefícios a empregados

As despesas com salários, benefícios e encargos sociais estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	2019	2018
Salários e encargos sociais (1)	144.241	103.025
Plano de participação nos resultados	6.817	7.163
Demissões	1.680	14.754
Benefícios previstos em Lei	10.608	8.310
Benefícios adicionais	191	193
	<u>163.537</u>	<u>133.445</u>

(1) O montante de R\$ 21.043 que compõe esta rubrica, refere-se a oneração de 20% da folha de pagamento, cuja vigência passou a ser a partir de janeiro de 2019.

Benefícios adicionais

Além dos benefícios usuais previstos pela legislação trabalhista, a Companhia e sua controlada têm como prática conceder a seus empregados benefícios adicionais contratados de terceiros, tais como: assistência médica, transporte coletivo, alimentação e auxílio creche.

Plano de participação nos resultados

A Companhia e suas controladas possuem planos complementares de remuneração variável que considera o atendimento das metas estabelecidas:

- (i) Plano de participação nos resultados (PPR): a Companhia remunera seus colaboradores mediante participação nos resultados conforme acordo coletivo estabelecido entre a Companhia, comissão de empregados e o sindicato da categoria, que estabelece metas que são mensalmente aferidas e divulgadas. Este plano visa estimular o desenvolvimento e a produtividade, fornecendo oportunidades de ganhos financeiros e condições de efetiva participação nos resultados da Companhia.
- (ii) Plano de bônus adicional de participação nos resultados (PPR curto prazo): a Companhia bonifica ainda com quantidade de salários diferenciada os gestores e diretores da Companhia. A participação nos resultados devida aos colaboradores ocupantes destas funções é baseada em desempenhos (individual e da Companhia), de acordo com metas pré-estabelecidas.

26 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro de naturezas diversas, contratados com as principais seguradoras do país. Essas apólices foram definidas conforme o programa do grupo e levaram em consideração a natureza e o grau de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2019, a cobertura de seguros contra riscos operacionais combinado com lucros

cessantes, era R\$ 629.300 (R\$ 517.685 em 31 de dezembro de 2018), e R\$ 2.170 (R\$ 2.170 em 31 de dezembro de 2018) para responsabilidade civil.

A Companhia não está prevendo ter quaisquer dificuldades para renovar nenhuma das apólices de seguro e acredita que a cobertura seja razoável em termos de valor e compatível com os padrões do setor no Brasil.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

27 Eventos subsequentes

A Companhia concluiu em janeiro de 2020, a repactuação de sua dívida de aluguel em atraso cujo saldo em 31 de dezembro de 2019 era de R\$ 126 milhões, registrado na rubrica “outros passivos” e “passivo de arrendamento” no circulante.

Com a conclusão desta negociação, a dívida atualizada foi parcelada, com carência acima de um ano para início dos pagamentos. O saldo total foi transferido para o passivo não circulante em janeiro de 2020 e será divulgado no 1º trimestre de 2020.